

11 IMPACTOS DA LEI 11.419/06 NA PRÁTICA DA ADVOCACIA

Pollyanna Vasconcelos Correia Lima de Andrade¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo destacar os principais efeitos causados pela informatização do processo judicial no exercício da advocacia. A idéia deste estudo surgiu ao ser traçado um paralelo entre os autos físico e virtual, o qual veio a inovar o ordenamento jurídico brasileiro trazendo maior celeridade e economia processual ao Poder Judiciário. Trata-se de uma nova realidade para a advocacia, pois a partir da referida lei, tornou-se possível a prática de atos processuais por meio eletrônico, atribuindo maior facilidade aos advogados, que passaram a contar com a possibilidade de um processo totalmente digitalizado. Por outro lado, vários são os questionamentos por parte de seus aplicadores, haja vista que a implantação dessa nova modalidade encontra-se em sua fase inicial, ainda carente de maturidade, dada a sua recente criação.

PALAVRAS-CHAVE: Informatização. Processo. Advocacia. Celeridade.

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos, não muitos, a utilização de máquinas de escrever era fator indispensável para o exercício da advocacia. O advogado não poderia exercer sua carreira sem o uso dessas máquinas, através das quais eram feitas as petições que impulsionavam os processos. Do outro lado, não funcionavam os cartórios judiciais sem os livrinhos de protocolo e sem os carimbos para a realização de atos e termos processuais.

Com o avanço tecnológico, tudo passou a ser substituído pelos computadores e os programas de edição de textos possibilitaram o aproveitamento de escritos já digitados e armazenados, assim como a correção de textos sem a necessidade de uma nova digitação.

¹ Advogada, especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 13ª Região
email: pollyvasconcelos@hotmail.com
Endereço: Rua José Augusto Trindade, nº 145, Tambaú, CEP 58039-020, João Pessoa/PB.

Após vários anos de expectativa, finalmente foi dado início ao processo judicial eletrônico, diante do advento da Lei nº 11.419 de 2006, e da iniciativa de implementação do sistema por alguns tribunais. Com isso, passou a ser constituído um novo cenário e algumas regras criadas estão modificando radicalmente a prática da advocacia.

A fim de que possamos entender um pouco dessas modificações, analisemos essas duas situações:

Segundo o tradicional processo judicial, o autor busca o escritório de advocacia, conta-lhe seu caso, contrata os honorários advocatícios, assina uma procuração e acerta as custas judiciais com seu patrono. Este, por sua vez, analisa toda a documentação, enquadra os fatos ao direito, produz uma petição inicial respeitando todos os requisitos processuais e dirige-se ao Fórum para a distribuição da ação, sujeitando-se ao trânsito, dificuldades de estacionamento, além de outros contratemplos. Após isso, o funcionário do setor de protocolos devolve uma cópia protocolada enquanto a via original ficará em um local reservado aguardando a distribuição para o juízo competente, quando só então o processo será autuado.

Dependendo da natureza do pedido, os processos podem seguir diferentes caminhos. Em uma ação de curso normal, usualmente se procede à verificação dos pressupostos processuais e condições da ação para que o Juiz proceda com um despacho no sentido de citação do réu, ou de determinar que se emende a petição inicial em caso de irregularidade passível de ser sanada.

Eis agora a segunda situação: com o advento da lei do processo judicial eletrônico, após a contratação do advogado, este irá elaborar a petição inicial e facilmente ajuizar a ação via eletrônica, juntamente com todos os documentos probantes transformados em arquivos digitais, mediante utilização de máquinas de digitalização de imagens.

No momento do ajuizamento, automaticamente a ação é distribuída para o juízo competente, sendo-lhe atribuída identificação numérica, podendo ser de pronto analisada pelo Magistrado ou por seus assessores e, imediatamente inserido o despacho padrão, digitalmente assinado. Nessa fase, nada obsta que todas as etapas, desde o envio da petição inicial até a determinação do “cite-se”, sejam feitas em um único dia, o que seria absolutamente impossível com o uso do papel.

Assim, sob a ótica das situações demonstradas, podemos dizer que a Lei Federal 11.419/06 veio disciplinar o denominado “processo eletrônico” a fim de implantar no Judiciário brasileiro a substituição dos autos de processo em papel pelo modelo virtual, cujas informações encontram-se integralmente armazenadas na mídia digital.

Não há de se negar que essa nova realidade veio a mitigar a morosidade processual de forma a concretizar a razoável duração do processo, direito fundamental previsto na nossa

Constituição Federal. No entanto, ao passo em que objetiva a celeridade, grandes impactos com o seu advento podem ser sentidos por aqueles que operam com o direito alheio diariamente.

2 PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 11.419/06

Não é difícil perceber a função regulamentadora da Lei nº 11.419/06, eis que o seu implemento veio a pacificar o entendimento entre os tribunais quanto aos métodos e regras de aplicação do processo virtual, pois a desarmonia entre os seus regulamentos era significativa, mormente no tocante à apresentação posterior dos documentos originais e quanto à tempestividade decorrente do horário estipulado. Nesse diapasão, trataremos de algumas das principais mudanças que vieram repercutir de forma direta na vida dos advogados após a informatização do processo judicial.

Ressalte-se que o presente texto não possui o intuito de esgotar o tema proposto, uma vez que se trata de matéria onde vários aspectos merecem atenção, dada a natureza inovadora no ordenamento jurídico, mas apenas trazer à baila algumas mudanças sentidas pela figura do advogado em sua militância.

3 PRESUNÇÃO *IURUS TANTUM* DE VALIDADE JURÍDICA DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS²

Conforme o artigo 11 da Lei nº 11.419/06, restou estabelecido que os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos autos com garantia de origem e de autoria serão considerados originais para todos os efeitos legais. Registrou, também, que os extratos digitais e os documentos digitalizados, quando juntado aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, autoridades policiais, repartições públicas e por advogados, públicos ou privados, têm a mesma força probante dos documentos originais (físicos), salvo em caso de alegação motivada de adulteração. Dessa forma, a lei atribuiu a responsabilidade pela validade do documento a quem os juntar aos autos, não impedindo a arguição de incidente de falsidade motivado por adulteração.

Ainda sobre os documentos eletrônicos, a lei dispõe que nas hipóteses de se mostrar

2 Documento eletrônico é “Toda representação virtual que fornece informação ou prova, elaborado mediante o uso de computador, materializado pelo registro magnético ou similar. Em informática o termo arquivo tem o mesmo valor.” (Clementino, 2007, p. 15)

tecnicamente inviável a digitalização devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade, poderá ser feita sua apresentação em cartório ou na secretária no prazo de 10 (dez) dias contados do envio da petição eletrônica, que deverá comunicar o fato. Nesse caso, os documentos serão guardados pelo respectivo cartório ou secretaria e devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

3.1 CREDENCIAMENTO PRÉVIO DO JUDICIÁRIO;

Segundo a lei, no seu artigo 2º, o peticionamento eletrônico e a prática dos atos processuais serão realizados mediante uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário.

Assim, deve o advogado requerer ao órgão do Judiciário com jurisdição sobre a cidade em que tenha domicílio, munido de documentação que assegure sua adequada identificação, onde será preenchido formulário eletrônico. Cadastrado no sistema do respectivo órgão, receberá uma assinatura eletrônica capaz de utilizar os serviços disponíveis via internet. Ser-lhe-á atribuído um *login* e uma senha de acesso, mediante criptografia³, a fim de preservar-lhe o sigilo, sua identificação, e autenticidade dos acessos, quando então será responsável pelo uso indevido de sua assinatura.

Um aspecto positivo sobre a utilização de senhas e assinatura eletrônica é a garantia de que uma informação enviada por seu titular não tenha sido adulterada, assim como permite identificar o responsável por seu envio, desaparecendo as petições apócrifas.

Boa parte da doutrina repudia a necessidade de um cadastramento prévio junto aos tribunais, principalmente nos casos em que advogado é usuário do sistema de certificação digital expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, que permite que o respectivo usuário seja identificado em qualquer órgão do Judiciário, ainda mais pelo fato de que o referido artigo tem um conteúdo simplesmente permissivo, não obrigando, de fato, a criação do sistema de cadastramento único do poder judiciário.

1. Prazos processuais;

No que se refere aos prazos processuais, para por fim à falta de uniformidade entre os

3 Criptografia é o “conjunto de técnicas que permitem tornar incompreensível, com observância de normas especiais consignadas numa cifra ou num código, o texto de uma mensagem escrita com clareza. Disciplina que trata dos Princípios, meios e métodos para transformação de dados, de forma a proteger a informação contra acesso não autorizado a seu conteúdo”.

tribunais, a lei 11.419/06 em seu artigo 3º estabeleceu que devem ser consideradas tempestivas as petições transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo. Isso significa que os usuários do sistema não precisarão mais se ater ao horário de funcionamento dos tribunais ou ao horário estabelecido pelos mesmos para peticionamento. Logo, nessa sistemática, os atos processuais serão considerados realizados no dia e na hora do seu envio. Como prova da operação realizada será enviado ao remetente um protocolo eletrônico onde constarão todos os referidos dados.

Quanto à possibilidade de o sistema ficar indisponível, a lei dispõe de uma prorrogação do prazo para o primeiro dia útil subsequente a fim de evitar qualquer prejuízo às partes.

2. Peticionamento eletrônico;

Inovação que veio a facilitar o trabalho do advogado foi o peticionamento eletrônico. A partir do artigo 10 da Lei nº 11.419/06 os advogados podem enviar diretamente as peças processuais por meio eletrônico para praticar os atos nos processos. Utilizando sua assinatura eletrônica, o patrono enviará a peça em formato digital, normalmente digitalizada em formato PDF (*Portable Document Format*), juntamente com os documentos probantes também digitalizados.

No momento do envio, o sistema fornecerá um aviso de recebimento ao remetente com a data e a hora do envio, o número do protocolo, número do processo, nome das partes e do remetente da petição. Para tanto, aplicam-se as regras mencionadas anteriormente quanto à responsabilidade pelo envio, validade documental e prazos processuais.

3. Comunicação dos Atos Processuais

Outra novidade também contemplada pela lei da informatização do processo é a comunicação dos atos processuais por meio eletrônico, que pode ser feitas por dois meios: pelo Diário de Justiça Eletrônico ou pelo portal próprio do órgão judicial.

Note-se que a lei, em seu artigo 4º, faculta aos tribunais a criação de um Diário de Justiça eletrônico; no entanto, a partir da sua criação, a publicação eletrônica substitui qualquer outro meio legal de publicação, com exceção apenas dos casos em que exijam intimação ou vista pessoal.

Com a criação do Diário da Justiça na modalidade eletrônica, a data da publicação será considerada como o primeiro dia útil após a informação ficar disponível, iniciando-se a contagem do prazo no primeiro dia útil após a publicação.

O advogado que possuir assinatura eletrônica pode, no entanto, optar pela intimação

online, na forma do artigo 5º da Lei nº 11.419/06, o qual passará a receber as intimações através de portal próprio do órgão judicial, dispensando-se a publicação no Diário da Justiça.

Nesse caso, a contagem do prazo inicia-se no dia em que o intimado realizar a consulta eletrônica sobre o teor da intimação, se for dia útil; caso contrário, a intimação considerar-se-á realizada no primeiro dia útil subsequente. Na hipótese de o advogado não realizar a consulta em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, esta se considerará realizada na data do término desse prazo.

Impende destacar que a lei considera como pessoais as intimações feitas na forma de consulta do portal, inclusive quando for parte a Fazenda Pública.

Quanto às citações, o artigo 6º exclui a via eletrônica desde logo quando se tratar de matéria penal. Nas demais esferas, o texto prevê a possibilidade, desde que a integralidade dos autos seja acessível ao réu.

Para José Carlos de Araújo Almeida Filho (2007, pp. 245-246) a “Citação por meio eletrônico ainda é prática não aconselhada e felizmente o texto legal ressalva que a mesma **poderá** assim proceder.”

Apesar do intuito da lei de acelerar o andamento processual, o pensamento do referido autor é de relevante reflexão, eis que a citação deve ser vista com maior cautela por se trata de ato sem o qual a relação jurídico-processual não se consolida. Deve-se ter em mente que o citando não pode sofrer maiores prejuízos em virtude de falhas técnicas, pois é seu direito a ciência em tempo hábil de todo o conteúdo do que contra si está em andamento.

4. Publicidade dos atos processuais;

A publicidade dos atos processuais é uma das questões que tende a apresentar ainda grandes discussões. A redação do parágrafo 6º, do artigo 11, da Lei nº 11.419/06 estabelece que os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de Justiça.

De um lado, o Código de Processo Civil preconiza, em seu artigo 155, parágrafo único, que o direito de consultar os autos e pedir certidões de seus atos é restrito às partes e seus procuradores. Por outro lado, o artigo 7º da Lei nº 8.906/94, em seu inciso XIII, enumera como direito do advogado examinar em qualquer órgão do Poder Judiciário autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estiverem sob sigilo, sendo-lhes assegurada a obtenção de cópias.

Aos olhos da Lei nº 11.419/06 o princípio da intimidade deve ser resguardado de forma a evitar que as informações contidas no processo eletrônico sejam acessadas por qualquer pessoa, podendo provocar sérios prejuízos à parte. Todavia, importante levar em consideração o sistema de hierarquia das leis, eis que a Lei nº 8.906/94 possui natureza especial e posterior ao CPC. Os benefícios trazidos pelo processo virtual, principalmente os da celeridade e da economia processual, por maiores que sejam não podem suprimir os direitos adquiridos pela classe e assegurados por lei.

Isso não significa que se poderá peticionar em qualquer processo ou que os dados das partes deverão ficar expostos em rede mundial. Somos opinantes pela disponibilidade dos autos, apenas para consulta, aos advogados credenciados no respectivo órgão judicial que tiverem seu *login* e senha de acesso. O que se pretende é que permaneça assegurada a prerrogativa conquistada, como ocorria com os processos físicos.

4 CONCLUSÃO

A informatização do processo judicial, consagrada pela Lei nº 11.419/06 pode ser encarada como uma nova fase para a Justiça brasileira. Não há que se negar que estamos em uma nova era, envolvidos em um cenário onde muitas são as demonstrações de aperfeiçoamento dos serviços.

Com a realização dos atos processuais por meio eletrônico, exercer a advocacia passou a ser uma atividade menos burocrática, de modo que muitos contratempos existentes no dia-a-dia forense passaram a ser poupados havendo maior aproveitamento do tempo.

De fato, muitos foram os impactos acarretados com o processo digital. Atualmente, qualquer petição dirigida aos tribunais cujos processos já são virtuais, a exemplo dos tribunais superiores, pode ser protocolada por meio eletrônico. Além dessa, todas as novidades trazidas com a lei vieram com intuito de agilizar o andamento processual em detrimento da morosidade, que é a inimiga maior dos advogados e partes.

Isso não significa que tudo o que foi implementado com a lei é positivo. Vários são os dispositivos entendidos pela Ordem dos Advogados do Brasil como retrocessos à classe, além de possíveis incompatibilidades com a Constituição Federal, não cabendo maiores considerações acerca do assunto por não ter sido esse o enfoque do presente texto. Todavia, o que se pretende concluir é que questionamentos por parte dos aplicadores são comuns sempre que uma lei é introduzida no ordenamento jurídico, mas é preciso adequar-se às novas realidades e como tal pode ser visto o meio eletrônico processual.

Evidentes foram os avanços para a advocacia. Portanto, esperamos que, com a implantação

cada vez maior por parte dos órgãos judiciais se obtenha um maior grau de desenvolvimento processual, pois a finalidade maior do processo é a satisfação do bem pretendido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ARAÚJO, Viviane Souza de. **A validade jurídica dos documentos eletrônicos como meio de prova no processo civil**. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccII/trabalhos2007_2/Viviane_Souza.pdf . Acesso em: 01 nov. 2009.

BENUCCI, Renato Luís. **A tecnologia aplicada ao processo judicial**. São Paulo: Millennium, 2007.

BRASIL. **Vade Mecum**: Constituição Federal, Códigos, CLT, Estatutos, Legislação complementar, Súmulas, Índices. São Paulo: Saraiva, 2009.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá, 2007.

COSTA, Cristiane Barbosa da. O processo eletrônico como forma de efetivação do direito ao acesso à justiça e do princípio da razoável duração do processo. **Revista da ESMAT 13**. João Pessoa, n. 2, pp. 345-363, nov. 2009.

MACÊDO, Núria de Jesus. **O peticionamento eletrônico na justiça brasileira com o advento da lei 11.419/06**. Disponível em: [http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/arquivos_upload/Peticionamento_Eletronico .pdf](http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/arquivos_upload/Peticionamento_Eletronico.pdf). Acesso em: 01 nov. 2009.

PEREIRA, Alexandre Amaro. A Informatização do processo judicial trabalhista. **Revista da ESMAT 13**. João Pessoa, n. 1, pp. 171-184, ago. 2008.